



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS
HUMANOS DO PARANÁ

1
2
Ata da Reunião Ordinária do COPED/PR — 06/02/2026

3 Ao sexto dia do mês de Fevereiro do ano de 2026 às 09:00 horas, Rua Frederico
4 Maurer, 617 – CEP 81630-020 - Boqueirão - Curitiba/PR em formato Híbrido,
5 através de videoconferência por meio de *link* disponibilizado para os (as)
6 Conselheiros (as) sob justificativa prévia, deu-se início à Reunião Ordinária do
7 Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná (COPED/PR). Fizeram-se
8 presentes, conforme convocação os (as) **Conselheiros (as) Titulares**
9 **Governamentais:** Laércio Ramon Rodrigues Silva (SEDEF); Rafael Osvaldo
10 Machado Moura (MP/PR); Andrey Salmazo Poubel (OAB/PR). **Conselheiros (as)**
11 **Suplentes Governamentais:** Nádia Ales de Souza Leandro (SEJU); Alison Lopez
12 Ribeiro (ALEP/PR); André Luis Brandão (SESP). **Conselheiros(as) Titulares da**
13 **Sociedade Civil:** Walter Tierling Neto (Grupo Dignidade); Elza Maria Campos
14 (UBM); Josiane Medeiros (Conselho da Comunidade da Comarca de Curitiba e RMC
15 – Órgão de Execução Penal). **Entidades Titulares Interior:** Alisson Fernando
16 Moreira Poças (Centro de Direitos Humanos de Londrina); a Vice-Presidente Bruna
17 Ravena (Casa de Malhu); Bruna Marcelly Coutinho (Grupo União Pela Vida
18 Umuarama); Thaís Boamorte (Associação Flor de Lis LGBT). **Conselheiros (as)**
19 **Suplentes da Sociedade Civil Organizada:** Leonildo José Monteiro Filho
20 (Movimento Nacional de População de Rua - MNPR); Wanderli Machado (Conselho
21 Regional de Serviço Social – CRESS); Sandra Dolores de Paula Lima (Associação
22 Fênix); Aieda Muhieddine (Ação Social Irmandade Sem Fronteiras); Carmen Helena
23 da Silva Conrado (Coletivo Unificar); Vânia Regina Ferreira de Oliveira (Associação
24 Instituto Divas); Caroline Felisbino da Silva (FONATRANS).
25 **Convidados/Colaboradores:** Jane Cristina Lobato Vasques (Coordenadora
UTSC/SEJU); Aline Oliveira Ferreira Romanel (Assistente Administrativo -



26 SEJU/UTSC); Henrique Chaves dos Anjos (Assistente Administrativo - SEJU/UTSC);
27 Simone Moreira (SEJU/CODH); Leandro Peixoto (SEJU/CODH); Waleiska
28 Fernandes (Conselho da Comunidade Curitiba e Região metropolitana); Roselene
29 Sonda (MPPR/CAOP). **Justificativa de Ausência:** Jonanthan Serpa Sá (TJPR),
30 Camila Schiavon Tigrinho (TJPR), Camila de Fátima Pedroso de Matos (RMN),
31 justificaram sua ausência. **1. Abertura:** A princípio, Aline saudou todos e todas e
32 deu início à chamada nominal para registro em Ata. Logo após deu-se início à
33 Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná. **2.**
34 **Aprovação da Ata da Reunião Ordinária de Dezembro de 2025:** Todos
35 receberam a Ata de Dezembro nos seus e-mails este mês e todos aprovaram sem
36 ressalvas. A Vice-Presidente Bruna se manifesta dizendo que vai se abster porque
37 não estava na Reunião. **3. Aprovação das Pautas:** Aline questiona se algum
38 Conselheiro (a) gostaria de incluir ou excluir algum Ponto de Pauta. A Vice-
39 Presidente cumprimentou todos (as) dando as boas vindas à primeira Reunião do
40 ano de 2026, pergunta se alguém tem alguma Pauta a ser incluída. Primeiramente,
41 foi solicitado pelo Conselheiro Andrey adicionar na Pauta a Inclusão de uma
42 Denúncia de um surto de tuberculose na Cadeia Pública de Curitiba. O Conselheiro
43 Walter solicitou a Inclusão da Pauta sobre que existia o envio de um Ofício sobre a
44 Cadeia Feminina de Curitiba e esse assunto não foi objeto de deliberação de
45 denúncias, foi expedido Ofício e foi para o Conselho da Comunidade que está
46 representado pelo COPED, houve uma indagação sobre Ofícios e esse específico
47 quem movimentou. A seguir, Aline apresentou a Pauta para visualização de todos
48 (as) e colocou-a em aprovação do Pleno — aprovada, com inclusão de algumas
49 Pautas, aprovadas pelo Pleno. A Vice-Presidente Bruna fala que gostaria de
50 ressaltar alguns Conselheiros(as) que tivessem preposições de Pauta, que



51 compreendessem que as Pautas elas precisam ser discutidas dentro das Comissões
52 para que as Comissões possam poder reproduzir mais encaminhamentos, porque
53 no momento que abre para o regime de discussão, pega uma pauta como essa de
54 Janeiro ela fica muito extensa e pode acabar que não consigam concluir, então
55 devido as circunstâncias solicita a retirada de Pauta do item dez: Criação do
56 Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura; do Item 19: Em parceria
57 com Comitês e Conselhos, será uma ação integrada interseccional reunindo em
58 único grande evento toda as Visibilidades LGBTQIAPN+, com o objetivo de garantir
59 o acesso a direitos, acolhimento, formação, saúde integral, empregabilidade e
60 fortalecimento das políticas estaduais para população LGBTQIAPN+. A Conselheira
61 Elza solicita a palavra, saúda todos (as) e expressa que seguindo essa orientação,
62 fala que no item quatorze é uma denúncia de violência no Bairro Parolim no dia vinte
63 e nove de Janeiro, já teve acompanhamento, teve Reunião na Defensoria Pública
64 (DPE) denúncia no Ministério Público (MP), o Conselheiro Leonildo acompanhou em
65 tese pela Comissão, ela não pode estar, acha que talvez remetam a Comissão de
66 Denúncia, acha que tem que reunir mais elemento como estão esse Processo e
67 encaminhem a Comissão de Denúncia. A Vice-Presidente Bruna informa que já tinha
68 encaminhado o item quatorze da Pauta para a Comissão de Denúncia, só não citou
69 mas já tinha apontado aqui ia trazer como diálogo. Menciona o Ponto de Pauta nove,
70 sobre mês da Visibilidade Trans em Janeiro, Programa Estadual de Habitação
71 Paraná Casa Fácil para os grupos vulneráveis incluindo pessoas Trans, como já
72 passou a questão da Visibilidade Trans mas precisam se debruçar sobre tal tema
73 solicitou que fosse encaminhado para a Comissão de Diversidade Social e logo em
74 seguida fosse encaminhada para a CAPI e tramitasse nas demais Comissões para
75 que pudessem encaminhar. O outro Ponto de Pauta que solicita que vá para a



76 Comissão seria o Ponto de Pauta dezesseis, Projeto de Lei (PL) 140/2025 do
 77 Vereador Guilherme Livoti de Apucarana, a própria Instituição já fez a denúncia a
 78 Junta ao MP solicitando soluções no quadro, solicitando a colocação de tal Projeto
 79 de Lei como institucional informa que ontem solicitou uma Audiência com o Dr
 80 Olympio solicitando providências para possíveis encaminhamentos pois a solicitante
 81 da pauta é membro desse Conselho precisa o mais rápido possível, cita que em
 82 diálogo com a denunciante ela fez uma solicitação de diálogo com Dr Andrey e
 83 pessoas que são membros da OAB e também ela já solicitou a possíveis ações e
 84 não obteve retorno. A Conselheira Técnica do MP Roselene solicita a palavra,
 85 cumprimenta todos (as) informa que a Jane (Coordenadora - UTSC/SEJU) passou
 86 uma mensagem para ela ontem sobre esse caso, e que ela e o Dr Rafael olharam,
 87 é uma notícia de fato lá de Apucarana instaurada dia quatorze de Janeiro e dia
 88 dezenove a Promotora (or) de lá já encaminhou fez o despacho ao Procurador Geral
 89 porque esta Lei Municipal com certeza ela tem problemas de inconstitucionalidade e
 90 somente o Procurador Geral pode impetrar uma ação Civil Pública pelo Município,
 91 sugere que seja encaminhado um Ofício do COPED ao Procurador Geral para que
 92 ele agilize ou marcam alguma audiência com ele, mas diz acreditar que uma ação
 93 dessa não é para já, como é só de autoria do Procurador Geral entende que vai
 94 demorar mais do que a própria parada que a Vice-Presidente Bruna está falando lá
 95 no Município. Expressa que fica a critério do Conselho sobre ou encaminhar um
 96 Ofício direto ao Procurador Geral citando isso que já deve estar com ele esse
 97 despacho da Promotora lá de Apucarana, saber se ele está tomando providências
 98 ou o Conselho acompanha diretamente com o Procurador Geral. Jane informa que
 99 encaminhou essas informações para a Roselene por solicitação do Dr Olympio. A
 100 Vice-Presidenta Bruna esclarece que só tem uma grande preocupação que sabem



101 que só pode solicitar incidência de inconstitucionalidade quando o Projeto de Lei é
 102 sancionado pelos Prefeitos, que sua única preocupação referente a isso no Estado
 103 do Paraná é que em Londrina já teve essa mesma situação e eles conseguiram
 104 atuar sobre esse ponto de vista de solicitar ao MP um ato de inconstitucionalidade
 105 só que isso vira uma norma dentro do Estado do Paraná e as paradas LGBT as
 106 marchas da diversidade, as marchas Trans passem a ser motivo jurídico de
 107 incidência Legislativa como Projeto de Lei buscando invisibilizar um ato político do
 108 Movimento LGBT. O Conselheiro Walter se manifesta pedindo uma inclusão de
 109 Pauta sobre um Ofício para a DPE, fala que no ano passado quando teve a situação
 110 envolvendo a Ouvidoria o Dr Antônio compareceu numa única reunião, fala que
 111 naquele momento o Grupo Dignidade tinha feito uma promessa de campanha para a
 112 eleição que fariam uma alteração que possibilitasse a DPE estar presente em todas
 113 as reuniões com direito de voz e houve aprovação unânime naquela oportunidade,
 114 só que desde então a DPE não esteve mais com eles, acha que é uma força muito
 115 potente para que não participem e gostaria muito que fosse enviado um Ofício a DP
 116 lembrando-a desse ato e convocando-a para participar das reuniões do COPED. A
 117 Vice-Presidente Bruna questiona o Conselheiro Walter se podem aprovar a Pauta e
 118 ela não entrar novamente em regime de discussão mas só em aprovação de
 119 encaminhamento, sugestão aprovada. A Vice-Presidente Bruna menciona que vão
 120 colocar em regime de votação e permanece o ponto de pauta dezesseis e os demais
 121 solicitados. Declara que gostaria também de incluir um ponto de Pauta, informa que
 122 eles tem recebido uma denúncia de uma aluna de Foz do Iguaçu que solicitou a
 123 Casa de Malhú eles estão preparando as documentações, gostariam de compartilhar
 124 com o COPED porque ela é uma aluna regular do Curso da UNIOESTE e a mesma
 125 solicitou uma transferência excepcional, ela vai para o segundo semestre para que



126 ela pudesse trocar de Curso internamente dentro da própria Universidade que deu
127 uma negativa muito grande, não analisou o mérito excepcional e analisou como
128 mérito regular como se dentro da Administração Escolar ela não poderia fazer essa
129 ligação, mas dentro dos Eixos de possíveis transferências escolares, dentro do
130 ambiente escolar seja pelo processo seletivo seja pelo SISU, por transferência
131 interna ou externa, por Diploma ou por ser aprovado ou eliminar algumas matérias,
132 frisa que foi muito raso a negativa, solicitou para que ela fizesse de forma formal,
133 fala que precisam fazer uma solicitação de Ofício para saberem como anda o Canal
134 de Denúncias, o funcionamento dele, que precisam interligar os mecanismos de
135 denúncia tanto como Ouvidoria de Direitos Humanos como Ouvidoria Estadual de
136 Denúncias, reafirma que ela solicitou muito essa intervenção porque precisam atuar
137 com as ausências de Políticas Públicas ou Políticas Afirmativas de permanência
138 principalmente para a população vulnerável dentro do ambiente Acadêmico.
139 Menciona que pelo tempo gostaria de jogar na Comissão para que pudesse discutir
140 e entender, mas fala que pelo prazo que é muito curto, porque depois começa o
141 tramite escolar talvez ela pode perder essa oportunidade, informa que prepararam
142 os Ofícios e queria colocar como regime de discussão para fazerem a leitura, mas
143 que se o Pleno entender que seria mais fácil fazer uma oitiva com ela o mais rápido
144 possível, fazer uma deliberação dentro do Grupo de Whatsapp para
145 encaminhamento ao MP também pode ser viável, porque estão com uma Pauta
146 extensa mesmo tirando algumas pautas. O Conselheiro Walter se manifesta dizendo
147 que esse Ofício pertence a sua Comissão de hoje que está coordenando, esclarece
148 que quando falam em um movimento como esse existem requisitos formais que de
149 fato são recomendados pela Instituição, que antes que o COPED se manifeste ele
150 gostaria de fazer análise dos requisitos da Instituição se conferem ou não para



151 submissão ao Pleno, pede para que não conste como aprovação do Pleno e que
 152 siga o tramite tal qual outra qualquer denúncia, no entanto se comprometendo
 153 colocar um regime de aprovação mais rápido. A Vice-Presidente Bruna concorda e
 154 fala preferir que vá para as Comissões para que possam produzir de forma mais
 155 qualificada e técnica, informa que antes de fazer qualquer minuta de documento
 156 solicitou apoio e que fizeram toda uma pesquisa técnica, possíveis dispositivos e
 157 mecanismo dentro do ambiente Universitário que possa fazer uma incidência nesse
 158 sentido. Informa que solicita encaminhamento e vai colocar como Pauta para a
 159 Comissão para a próxima Reunião, pede para formalizar a denúncia e encaminha
 160 para a Comissão. A Vice Presidente Bruna informa regime de votação para retirada
 161 de Pauta e encaminhamento para a Comissão. Retirada do Pontos, dezenove,
 162 catorze, dez, coloca em regime de Votação, cita que então em Regime de Votação
 163 os pontos de Pauta apresentados, favoráveis permaneçam como estão os contrários
 164 se manifestem. Sem manifestações, aprovado. Agora para os pontos de Pauta que
 165 seriam encaminhados para a Comissão, ponto de Pauta nove mês da Visibilidade
 166 Trans, ponto de Pauta catorze, ponto de Pauta dez, ponto de Pauta onze,
 167 Realização de Entrega de Insumos para Mulheres Trans, ele seria um informe de
 168 como foi a atividade. Em Regime de Votação favoráveis permaneçam como estão,
 169 os contrários se manifestem. Sem manifestações, ponto de pauta aprovado. No
 170 ponto de Pauta quatro, Informes dos Conselheiros sugere que atentem para um
 171 limite de tempo, ser bem pontual para os informes e ações. **4. Informes dos**
 172 **Conselheiros:** A Vice-Presidente Bruna passa a palavra para a Conselheira Nádia
 173 da SEJU Coordenadora da Política de Direitos Humanos. A Conselheira Nádia
 174 cumprimenta todos (as) e informa que a partir da próxima Reunião não fará mais
 175 parte desse Conselho como Conselheira, agradece o tempo que esteve como



176 Conselheira, que foi um tempo de muita aprendizagem e produtividade, fala também
177 que deixa a Coordenação sempre a disposição deste Conselho, pretende sempre
178 mandar alguém da Coordenação para acompanhar as Reuniões para que possam
179 continuar andando juntos e deixar a Coordenação sempre a disposição, esse
180 Departamento está subsidiando sempre o COPED por enquanto não é uma
181 despedida mas que deixa de ser Membro do Conselho e informa que a partir da
182 próxima Reunião o Representante da SEJU será o Toni que é o Diretor de
183 Cidadania e Direitos Humanos. Encerra sua fala agradecendo a todos (as). Jane
184 agradece a Conselheira Nádia pelo seu trabalho no COPED. A Vice-Presidente
185 Bruna agradece a participação da Conselheira Nádia, o engajamento que teve nas
186 Conferências de Direitos Humanos e pelas pessoas LGBT e demais ações que pode
187 fazer para poder enaltecer as ações e garantir que a Política de Direitos Humanos
188 junto com os demais Órgãos, a UTSC e a Secretaria fazer com que a Política
189 pudesse andar. O Conselheiro Walter solicita a palavra saúda todos (as) e expressa
190 que primeiramente o Grupo Dignidade agradece a Conselheira Nádia por todo seu
191 esforço testado, que estar ao seu lado na Gestão anterior e na presente mostra que
192 mesmo que o COPED esteja em constante diálogo e por vezes atrito com o
193 Governo, ela trás a perspectiva e perseverança que existe dentro do Governo
194 pessoas preocupadas com o Social são pessoas como ela que conseguem de fato
195 levar efeito que tem que ser feito, que ela foi fundamental na Conferência de Direitos
196 Humano assim como toda sua Equipe. Reforça seu agradecimento parabeniza-a e
197 frisa que ela foi uma das pessoas que mais fez diferença neste Conselho. O
198 Conselheiro Walter menciona que em continuidade tem dois Informes, o primeiro é
199 que semana passada ele, as Conselheiras Caroline e Aieda participaram do
200 Programa da Defensoria Pública sobre o Documentário que exibiram narrando a



201 realidade e transformação da vida de três Trans com a mudança de seu nome
 202 Social, foi um Evento de potência, emocionante, trouxe uma mensagem bem legal,
 203 inclusive pensou em solicitar a autorização deles para que possam divulgar esse
 204 Documentário nas suas Redes. Cita que o próximo Informe é que a OAB de
 205 Cascavel mostrou-se um Projeto que pretende ser implementado na Cadeia de
 206 Toledo e queriam que encampassem a Coordenação dele, mas por motivos internos
 207 eles retiraram essa propositura do COPED e eles vão tocar com a Coordenação
 208 deles, talvez convidando o COPED para participar. Esclarece que só essa
 209 observação informando que tiveram uma reunião com a OAB de Cascavel sobre a
 210 questão da hormonoterapia nas Trans da Unidade de Toledo, vão desenvolver um
 211 Projeto e que talvez valha a pena acompanharem. A Conselheira Caroline
 212 cumprimenta todos (as) ressalta que foi muito bom trabalhar com a Conselheira
 213 Nádia que vai estar ali para continuar trocando. Informa que no primeiro ponto traz
 214 um pouco do Evento que participou da DPE, enquanto uma mulher Trans, fala que a
 215 proposição sempre é linda mas não contava com muitas pessoas Trans dentro do
 216 Evento, tinham pessoas Trans que são surdas e não tiveram em nenhum momento
 217 Interpretes de Libras, os Convites que foram estendidos foram somente as
 218 Instituições, fazendo com que outras pessoas Trans não tivessem acesso ao
 219 Evento, as pessoas Trans veem que a intenção é muito linda mas que a execução
 220 sempre peca nunca as abarca, fala que o Documentário foi muito bonito. Informa
 221 também que no dia dezesseis de dezembro fez junto com a DPE, juntamente com o
 222 novo Ouvidor da DPE o Marcel Jerônimo foram até Toledo levaram vários Kits,
 223 fizeram uma Reunião conversaram com elas entenderam as situações que tem lá,
 224 algumas denúncias foram feitas, o Ouvidor se colocou em prontidão de resolver
 225 algumas questões, que essa questão da hormonoterapia sempre chega até as



226 denúncias, que elas não tem esse acesso a hormonoterapia e também a
227 mecanismos para que elas possam tomar alguns outros medicamentos, fala que foi
228 interessante estar com elas naquele momento e também entender que algumas
229 delas estavam já terminando o seu período de internação junto a cadeia e agradece
230 a todos (as) que se prontificaram em ajudar. Waleiska (Conselho da Comunidade
231 Curitiba) reporta que está de ouvinte já que as Plenárias do COPED são abertas
232 cumprimenta a todos (as), fala que quer fazer um Informe aproveitando que estão
233 falando das pessoas Trans do Sistema Prisional, o Conselho da Comunidade
234 Curitiba está acompanhando a situação do Complexo Médico Penal porque tem oito
235 mulheres lá que não foram transferidas ainda para Toledo, inclusive algumas estão a
236 cerca de cinco meses no Sistema em Curitiba sem a transferência já fizeram e
237 formalizaram o pedido para o DEPEN, recentemente levaram coisas para elas que
238 estavam desprovidas, fez um acolhimento lá com elas, já tem sido cobrado do
239 DEPEN, destaca que nem todas querem ir para Toledo, tem umas duas lá que
240 acham que se forem correm risco lá porque tem conflitos anteriores, fala que é bom
241 que o COPED saiba disso já que tem aqui pessoas Trans que estão nessa causa de
242 pessoas Trans privadas da liberdade. Afirma que a direção da unidade está bem
243 atenta com elas, não estão passando por necessidade direta, o problema é que os
244 Servidores não tem preparo para lidar com população Trans, cometem ainda o uso
245 do nome morto, então que é importante que elas estejam numa Unidade que já
246 esteja capacitado para lidar com esse público específico. A Conselheira Caroline
247 informa que durante a Comissão conversaram com o Dr Andrey e as outras meninas
248 de poderem ir visitar esses lugares entender como estão sendo esses atendimentos,
249 não só das pessoas Trans, como está funcionando todos os protocolos dentro das
250 Unidades acha interessante encabeçarem esse projeto e para entender se existe



251 violação e direitos humanos recorrentes. O Conselheiro Alisson Fernando Poças
252 saúda todos (as) inicia agradecendo em nome do Cento de Direitos Humanos de
253 Londrina a presença da Nádia, que foram muitos Eventos juntos e por todo o suporte
254 que ela sempre deu nas Conferências, que continuará a ter aliados. Primeiramente
255 informa que o Centro de Direitos Humanos de Londrina passam a integrar duas
256 Redes Nacionais, uma é a Rede Caminhos da Esperança, que lida com as questões
257 das juventudes principalmente as periféricas e passaram oficialmente também a
258 integrar o Movimento Nacional de Direitos Humanos numa perspectiva de
259 desenvolver alguns trabalhos aqui no Estado do Paraná, nos próximos dias vão
260 divulgar algumas ações que vão ter em âmbito Estadual. Informa também que está
261 aberto um Edital da Itaipu, Edital 001/2026, acredita que o prazo é até o dia vinte de
262 fevereiro da apresentação de propostas pede que as Instituições se atentem ao
263 prazo façam os orçamentos, se precisarem de suporte colocam em contato com
264 quem possa ajudar, informa que foram contemplados no Edital passado com um
265 carro elétrico. Informa que tem dois encontros lá em Londrina um é o Segundo
266 Simpósio Internacional de Juventudes e Direitos Humanos do dia treze ao dia quinze
267 de abril, vai ser na Universidade Estadual de Londrina, estará coordenando um dos
268 GTs nesse Simpósio essa é uma parceria também do Centro de Direitos Humanos
269 com o Projeto Itinerantes da Universidade de Londrina. Informa também que do dia
270 vinte e cinco ao dia vinte e nove de maio vai acontecer o Congresso Internacional de
271 Política Social e Serviço Social lá na Universidade Estadual de Londrina, ambos os
272 Convites serão enviados no Grupo. A seguir informa que concomitantemente a essa
273 Reunião tem representantes deles no Encontro da Rede de Mulheres Negras
274 também, e vão dar suporte para o encontro que vai ter aqui em Curitiba sobre Saúde
275 da População Negra que vai ser dia catorze de março no Terreiro da Mãe Josiane.



276 Encerra sua fala agradecendo todos (as). A Vice-Presidente Bruna informa que no
 277 dia trinta de Janeiro onde a Casa de Malhú realizou um café para ajudar Odara,
 278 Chica Manicombo com as mulheres Trans da Tríplice Fronteira, dialogaram com a
 279 Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres a mesma propôs esse café e por
 280 motivos de Agenda da Vice-presidente Bruna e motivo de saúde por parte da
 281 Secretária ela pediu que cancelasse o Evento, mas a Secretaria Municipal de
 282 Curitiba Para as Mulheres não cancelou a atividade, apagou o post. Fizeram uma
 283 Nota de Repúdio a tal ação feita pela Secretária, porque ela encaminhou a
 284 Sociedade Civil cancelando a atividade mas não cancelou a Sociedade de uma
 285 atividade proposta por ela, a atividade foi realizada com sucesso com mais de trinta
 286 e cinco meninas Trans, e que o objetivo é articular cada vez mais para que possam
 287 ter atividades voltadas para a população Trans e toda a comunidade Travesti e
 288 pessoas não binárias. Convida também para o Encontro Estadual que vai acontecer
 289 no período de abril em Foz do Iguaçu, logo mais trará informações. A Conselheira
 290 Thaís saúda todos (as) e informa uma situação que está acontecendo em Ponta
 291 Grossa dentro do Conselho Municipal LGBT, menciona que as Atas são
 292 disponibilizadas via Diário Oficial, na Ata de Outubro comentaram sobre Capacitação
 293 dentro da Secretaria de Educação, um Jornal pegou essa Ata e realizou uma
 294 chamativa totalmente quem é da Militância sabe, totalmente querendo dizer que
 295 iriam fazer doutrinação dentro da Escola e citou o nome do Representante da
 296 Secretaria de Educação e o nome da ONG, foram feitas denúncias para um
 297 Vereador que está pré candidato a Deputado Estadual ele fez um video falando que
 298 iriam fazer capacitação e doutrinação dentro da Escola com verba pública da ONG,
 299 totalmente baseada em fake news e demais. Segunda ele fez um novo video com a
 300 Secretária de Educação dizendo que quer criar uma Lei para retirar a Secretaria de



301 Educação de dentro do Conselho LGBT, fala que encaminharam Ofício ao MP na 6ª
 302 Promotoria de Ponta Grossa, tanto contra o Vereador e contra aos dois Jornais que
 303 fizeram essa propagação de inverdades para instaurar uma denúncia de questão de
 304 propagação de fake news e além de LGBTFOBIA institucionalizada, fora isso estão
 305 vendo outras medidas a serem tomadas para que não percam a Secretaria de
 306 Educação dentro do Conselho, porque a Câmara de Vereadores de Ponta Grossa é
 307 conservadora, o Conselho vai fazer onze anos é o primeiro Conselho LGBT
 308 promulgado em Lei que tem no Estado. Gostaria de contar com o apoio dos demais
 309 Conselheiros e do COPED em relação a essa questão. A Vice-Presidente Bruna
 310 solicita a Conselheira que coloque como ponto de Pauta a discussão na Comissão
 311 específica para encaminhamentos. A Conselheira Thaís responde que depois
 312 formaliza via e-mail. A Vice-Presidente Bruna questiona se mais algum Conselheiro
 313 (a) tem informes. Sem mais informes. Ressalta que gostaria de registrar a presença
 314 do Conselheiro Sr Alison Lopez Ribeiro (ALEP/PR) assessor do Deputado Prof.
 315 Lemos no qual tem assento representando a Assembleia Legislativa do Estado do
 316 Paraná. **5. Informes da Secretaria Executiva - Encaminhamentos:** Aline
 317 (Assistente Administrativa - UTSC/SEJU) informa as Correspondências Recebidas:
 318 **(29/12) – Plínio Camillo: NEGRAS TRILHAS** – Propostas para ações de impacto
 319 em políticas culturais e educacionais. (DIVULGAÇÃO COMERCIAL). **(05/01) –**
 320 **Protocolo 24.427.131-6:** Resposta da SEJU ao Ofício 026/2025 da UBM, que
 321 solicitou informações a respeito do subsídio de passagens e hospedagem destinado
 322 aos Conselheiros(as) eleitos(as) para participarem de reuniões e demais atividades
 323 do COPED. Conforme informado nas fls.5 mov. 5 deste protocolo pelo gabinete do
 324 secretário, as vagas da capital não tem direito ao referido subsídio solicitado. **(23/01)**
 325 **– CDH Londrina:** Estão abertas as inscrições e as submissões dos trabalhos para o:



326 VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
327 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS; VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E
328 GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS; VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E
329 JUSTIÇA AMBIENTAL, de 25 a 29 de Maio de 2026, na UEL Londrina. **(26/01) – XIX**
330 **OFICINA GÊNERO E RAÇA - 20 ANOS REDE DE MULHERES NEGRAS DO**
331 **PARANÁ:** pela Rede de Mulheres Negras Pr, DATA: 6 e 7 de fevereiro. LOCAL:
332 Hotel Estação Express – Curitiba/Pr. **(28/01) - Abertura Oficial do Jubileu de Ouro**
333 **da Festa de Iemanjá, um marco histórico e cultural para a cidade de Foz do**
334 **Iguaçu, que celebra 50 anos de fé, resistência e preservação da cultura afro-**
335 **brasileira nas águas da fronteira:** pela Associação Ilé Asé Iga Odé dia 01/02, às
336 08h45, no Palco da Paz, Foz do Iguaçu/Pr. **(03/02) – UTSC – Formação de**
337 **Conselheiros(as) – SEJU – Hauer:** dia 09/03/2026 a partir das 09h00. Informa que
338 tiveram o envio este mês de oito (8) Ofícios. **6. Relatos das Atividades dos**
339 **Conselheiros (as/es) nos demais Conselhos: PROVITA; PPCAAM; CEDH;**
340 **CNDH; OBSERVATÓRIO DO TJ.** A Vice- Presidente fala que os Conselheiros que
341 se manifestarem a representarem o COPED tem uma proposta de se criar um
342 informe com um pequeno relato. **Relato CNDH:** A Vice-Presidente Bruna informa
343 que só teve a Conferência de Direitos Humanos Nacional da qual a delegação
344 esteve presente, não teve reunião da rede dos Conselhos, talvez façam entre
345 meados de abril ou maio antes do processo do afastamento dos demais Membros
346 do Governo e geralmente a próxima tradicional atividade será em novembro.
347 Menciona que existe alguns delegados ainda que estão pendentes de prestação de
348 conta, aí é protestado o nome e o Governo cobra e mesmo pagando depois não
349 pode viajar mais, no período da tarde irá trazer esses nomes também para dar um
350 suporte. O Conselheiro Walter aconselha cautela na forma que esses dados serão



351 divulgados, inclusive pode causar cobrança vexatória pública, cuidar pela forma que
 352 isso vai ser pode causar um prejuízo grande para o Conselho e para o Estado. A
 353 Vice-Presidente Bruna explica que em nenhum momento falou que isso seria
 354 publicado, só vai fazer o levantamento dos nomes que foram trazidos a ela no Grupo
 355 de Prestações de Viagens, encaminha as mensagens para que os que estão
 356 pendentes procurá-la, como alguns delegados são pessoas Indígenas e o Sr Antônio
 357 que tem baixa visão perdeu o voo e precisou fazer uma intervenção garantindo a
 358 hospedagem e alimentação dele, que nesses casos eles tem dificuldade, é para
 359 ressaltar que os Conselheiros que foram pontos focais dessas Regiões de poder
 360 fazer esse dialogo, cita que o Conselheiro pediu os nomes só para saber se tem
 361 alguém da Delegação dele só para dialogar. **Relato PROVITA:** As Conselheiras
 362 Representantes não estão presentes. Jane (Coordenadora -UTSC/SEJU) informa
 363 que na Reunião do PROVITA não tem muitos informes a relatar, são mais inclusões
 364 de nome dentro do programa. **Relato PPCAAM:** Sem informes. **Relato CEDH:** Sem
 365 informes. **Relato Observatório do TJ:** A Conselheira Elza informa que só teve um
 366 Evento acha que foi em novembro, já foi feito o relato, não teve nenhuma atividade
 367 do Observatório do TJ. **7. Controle de Presença – COPED:** A Vice-Presidente
 368 Bruna inicia sua fala ressaltando que não é remeter nenhum Conselheiro (a) em
 369 regime de taxaço de alguma coisa, mas sim de comprometimento menciona que no
 370 Regimento diz que três faltas consecutivas, cinco intercaladas, faltas sem
 371 justificativas precisa ser submetido a esse Pleno para permanência, troca ou dialogo
 372 com os Movimentos Sociais para que pudesse trocar a Titularidade para que essa
 373 Instituição não perdesse a cadeira. Informa que todas as faltas são justificáveis
 374 porém precisa ser encaminhada ao e-mail do Conselho antecipadamente, para ser
 375 convocado o Conselheiro Suplente para compor essa ausência. **8. Indicações do**



376 **Centro de Direitos Humanos de Londrina para a composição das Comissões**

377 **(Conselho Alisson):** O Conselheiro Alisson Moreira Poças informa que enviaram
378 Ofício para o COPED, que conforme tinham deliberado em Reuniões anteriores o
379 Centro de Direitos Humanos está indicando duas pessoas para comporem duas
380 Comissões diferentes. Aline (Assistente Administrativa - UTSC/SEJU) espelha o
381 documento na tela para apreciação do Pleno. O Conselheiro Alisson Moreira Poças
382 afirma que tem plena confiança nas pessoas que estão indicando e solicita a
383 aprovação da Plenária para que possam encaminhar da melhor maneira possível
384 essas questões nas Comissões. O Conselheiro Walter solicita a palavra esclarece
385 que para quem pode compor Comissões não há restrições não precisa nem estar no
386 COPED, basta ser autoridade que se entenda necessária, uma pessoa que está
387 sendo afetada pelo tema discutido ou um conhecimento sobre a área, a participação
388 não encontra resistência nem impedimento na regra do Regimento do COPED, é
389 bem abrangente ao ponto de participar de forma plural e ampla. De forma que não
390 entende necessário colocar em Plenário para qualquer votação, essa é a sua leitura.
391 A Conselheira Elza informa que com relação a esse ponto a Comissão População
392 de Rua, assuntos fundiários entre outros ela já tem algumas inclusões na Comissão,
393 pessoas que atuam diretamente em defesa da Pop Rua, que nem lembraram de
394 olhar se tinha alguma restrição, já fizeram duas Reuniões da Comissão com a
395 presença dessas pessoas que atuam efetivamente são ativistas em Direito Humano.
396 A Convidada Waleiska (Conselho da Comunidade Curitibana) solicita a palavra,
397 expressa que só ratificando o que disse o Conselheiro Walter, o Estatuto não limita a
398 participação na Comissão, ao contrário, a ideia é que as Comissões tenham muita
399 participação da Sociedade para ajudar na construção, inclusive as pessoas que são
400 de Pautas correlatas ao assunto da Comissão, pode ter o Edital para convidar mas



401 não precisa passar para o Plenário para aprovação. Menciona que teve pessoas que
 402 contribuíram muito com esse Conselho sem ser Conselheiro, deixa como sugestão
 403 para o Conselheiro Andrey (OAB) para trazer mais pessoas que possam colaborar
 404 que pode ajudar com pareceres e tudo o mais pois são pessoas com formação
 405 jurídica. A Vice-Presidente Bruna trazer a forma de participação dessas pessoas,
 406 mas devem tomar o devido cuidado quem e como convida, é justo ter o Edital para
 407 que Instituições do Movimento Social que trabalham com a Pauta e que não
 408 consegue acessar o Conselho possam se inscrever, também precisam deixar o
 409 histórico, de participação e contribuição dessas pessoas publicado no Diário Oficial
 410 como ativistas independentes registrado. Ressalta que tem redes Trans, redes de
 411 mulheres antifeministas precisam tomar esse cuidado e como teve o ataque a
 412 população Trans na Conferência das Mulheres elas fizeram um ataque igualmente
 413 dentro do Conselho, dentro da Comissão, isso foi levado a discussão a Presidência
 414 do Conselho, declara que seu papel como Vice-Presidente do Conselho é zelar pela
 415 participação de todos com um ambiente seguro, precisam criar mecanismos de
 416 como incentivar com que as pessoas participem e contribuam com o COPED.
 417 Menciona que o Conselheiro Alisson Moreira Poças fez foi trazer um registro da
 418 participação dos Membros que a Instituição dele quer indicar e o Pleno tomar
 419 conhecimento, precisam criar um fluxo de como vai se dar esse encaminhamento
 420 para que tenha esse registro para que em uma premiação do COPED essas
 421 pessoas que contribuíram com o Conselho recebam um Certificado de Missão
 422 Honrosa, de Prestação de Serviços pelos Direitos Humanos do Estado do Paraná. O
 423 Conselheiro Alisson Moreira Poças reforça que estão ampliando a participação e
 424 dividindo a responsabilidade. Jane (Coordenadora - UTSC/SEJU) esclarece que na
 425 Plenária foi falado que seria enviado Ofício para formalizar pessoas, aconteceu que



426 a Aline ficou na dúvida, o Conselheiro Leonildo pediu para ser Administrador do
427 Grupo do Pop Rua e colocou pessoas que não sabem quem foi não sabe quem é e
428 não foi enviado Ofício, essa é a questão, que vão colocar no Grupo do Whatsapp
429 pessoas que não conhecem e que tem documentos sensíveis nomes, RG, CPF, do
430 que se trata dentro de Comissão, esse foi o questionamento vamos colocar em
431 grupos de Whatsapp essas pessoas precisam de registros saber quem é, precisam
432 de um Ofício. A Vice-presidente em tom de concordância cita que também para que
433 recebam a Pauta da Comissão precisam de toda uma formalização. O Conselheiro
434 Walter diz que não podem criar impedimentos para além daquilo que está no
435 Estatuto, claro que vão mandar seu nome e depois expedir uma Certidão que a
436 pessoa participou, não cabe a ninguém além da Comissão verificar se essa pessoa
437 se integra naquelas condições deferir ou não a aprovação, existe uma leitura
438 legalista da cláusula do Regimento. A Vice-Presidente Bruna reafirma que é preciso
439 criar registro, qual é o local público que tem o nome dela que ela tá participando
440 dessa Comissão precisa-se de uma publicação de Membros da Comissão Externa,
441 conforme a solicitação vão discutir dentro da CAPI se existe a possibilidade da
442 publicação no diário Oficial ou não. A Convidada Waleiska fala que gostaria de
443 lembrar que ainda que tenha Membros Externos de Entidades que integram o
444 Conselho é importante lembrar que a responsabilidade é do Conselheiro. A Vice-
445 Presidente Bruna fala que só para deixar um registro para todos os Conselheiros
446 (as) depois das exclamações, aprovaram isso em Plenária em outubro, que todas as
447 pessoas que fossem inseridas nas Comissões fossem oficializadas no Pleno do
448 Conselho, estão seguindo o que foi aprovado. A Conselheira Elza informa que é
449 Coordenadora da Comissão Pop Rua, que o Conselheiro Leonildo é Suplente mas
450 tem uma atuação bastante ativa solicitou para que fosse colocado como



451 administrador que achou correto, que todas as pessoas que foram incluídas na
 452 Comissão são ativistas do Movimento do MNPR, concorda que se tenha que
 453 informar, como Coordenadora de Comissão fará o levantamento dos nomes
 454 incluídas na Comissão, que conhece todos (as), foi um lapso da Coordenação em
 455 não informar, passará a informação ao Conselho através do grupo. Jane
 456 (Coordenadora - UTSC/SEJU) responde que deve ser enviado por e-mail, só para
 457 registro. A Conselheira Taís sugere fazer informes e postar nas redes sociais do
 458 COPED para que mais ativistas, mais pessoas até ter um controle de quem está
 459 sendo adicionado nesses grupos de Whatsapp, seria só uma forma também de
 460 ativistas do Interior se sentir englobado nas demais Comissões. Aline (Assistente
 461 Administrativa - UTSC/SEJU) expressa que tem uma dúvida, que compor a
 462 Comissão é Conselheiro participar da Comissão ajudar a construir o parecer é
 463 aberto, só que quando adiciona na Comissão no Whatsapp manda muito documento
 464 sensível e o Conselho cobra que não coloque nome, questiona se começa a entrar
 465 pessoas sem o conhecimento como vão controlar isso. Menciona que mandar o link,
 466 as pessoas participarem da Reunião contribuirão está certo, mas o Grupo do
 467 Whatsapp como fica isso, e quanto ao Ofício do Conselheiro Alisson Moreira Poças
 468 é porque ele está dizendo que na ausência dele outras pessoas vão compor a
 469 Comissão e foi acordado em Plenária isso o participar todos pode. E na questão do
 470 Whatsapp não sabem se mandam os documentos ou não. A Vice- Presidente Bruna
 471 se pronuncia dizendo que precisam fazer uma normativa para poder esclarecer. O
 472 Conselheiro Walter fala que na questão de terceiras pessoas interessadas em
 473 participar nunca nada se discutiu sendo portanto válida a regra de Regimento e que
 474 nada limita o Regimento até que ele se altere. A Vice-Presidente Bruna exprime que
 475 precisam criar mecanismos de formas de participação, da divulgação, se vai ter



476 Edital, os requisitos de participação, quem são as pessoas que vão compor, ela
477 conhecer que tem o Regimento e tem que assinar o termo de compromisso de não
478 expor fatos sigilosos de dentro do Conselho, com direito a voz e sem direito a voto.
479 O Conselheiro Leonildo cumprimenta todos (as) informa que na CNDH na Comissão
480 são cerca de quarenta a cinquenta pessoas convidam e as pessoas participam da
481 construção, minutas, denúncias, são convidadas pelo Movimento e pela Sociedade
482 Civil, lá não tem esse tipo de problema, acha que tem muito mais problema no
483 Paraná do que ficar preocupado com uma coisa dessa. Na sua visão era dar
484 visibilidade trazer as pessoas que sempre contribuiu, pessoas do Interior que tem aí
485 dentro dessa Comissão hoje que não consegue fazer as denúncias participar
486 diretamente das reuniões, mas que querem contribuir, alguns trabalhadores, outros
487 usuários que é parceiro do Movimento dessa luta e que contribui, é gente deles de
488 confiança, senão não convidaria, vão trazer pessoas deles para auxiliar encaminhar
489 ajudar, que precisam de mais gente ainda e é para dar esse suporte a essa
490 Comissão aonde está, que sem desqualificar isso fala que é Suplente que então
491 Suplente não pode fazer nada, Suplente só e visto pelo jeito por essa Comissão por
492 esse Conselho quando é convidado ou quando falta alguém, então pelo jeito não se
493 pode sugerir, não pode fazer nada. Menciona que tem tantas coisas a violação lá no
494 Parolin, enchente, parece que não tem o que fazer ficam inventando esse tipo de
495 picuinha para ele passando o tempo aí e as violações de Direitos Humanos dos
496 trezentos e noventa e nove de internações involuntárias, as pessoas sendo
497 assassinadas da rua, apanhando da Polícia, sendo ameaçada. Que trouxeram pela
498 primeira vez pessoas que nunca tiveram oportunidade para trazer as denúncias para
499 ajudar construir os documentos resoluções entre outros e quem aprova é o Pleno.
500 Encerra sua fala citando que o Estado do Paraná é um dos maiores violadores dos



501 Direitos Humanos do País, agradece todos (as). A Vice Presidente Bruna afirma que
 502 só para deixar registrado quando o Conselheiro Leonildo dentro da Comissão
 503 solicitou inclusão de pessoas para fazer parte da Comissão, quando ele mesmo
 504 questionou pontos de Pauta dentro da discussão ela falou que esses pontos de
 505 Pauta precisavam ser deliberados pela Comissão e logo imediatamente ele solicitou
 506 que fossem incluídas pessoas e automaticamente ela solicitou que ele fosse
 507 colocado como administrador da Comissão e o Conselheiro Leonildo adicionou as
 508 pessoas. Ressalta que o que está em discussão não é indicação de Comissão, é só
 509 para ter registro das pessoas indicadas, ninguém tá cerceando ninguém de fala,
 510 ninguém proibiu de nenhum Conselheiro de indicar nomes, frisa que precisam de
 511 mecanismos, reafirma que já tem uma deliberação de outubro, e o que mais
 512 incentivou foi a participação de Membros indicados pelas Instituições ou Membros
 513 externos, que estão avançando numa pauta, e que em nenhum momento ela vai
 514 cercear alguém mas que precisam ter ritos e critérios. Cita que ele trouxe pessoas
 515 que trabalham com a pauta da população em situação de rua, no CIAMP, no
 516 Movimento Nacional de Rua, precisam ter indicações, ele já colocou no grupo, mas
 517 que tem uma deliberação que pedia que os Membros que fossem convidados
 518 fossem formalizados, fala que o Conselheiro Alisson Moreira Poças só fez a parte
 519 dele enquanto movimento social indicando o nome das Instituições deles. Reafirma
 520 que deseja que as pessoas participem, quer e espera que sejam reconhecidas
 521 tenham registros públicos da sua participação, só estão pedindo formalização
 522 porque foi uma deliberação. A Conselheira Wanderli saúda todos (as) e diz que não
 523 ia incluir isso na sua fala, mas o Conselheiro Leonildo faz uma fala que acha que
 524 precisam balizar entendimentos, ser Suplente aqui não é ser figurante em todo
 525 processo de Conferência se for injusta com outras pessoas, mas que vai falar da



526 participação dela e da Conselheira Caroline em todo processo de Conferência
527 enquanto Suplentes, fala que enquanto fala a gente o Conselheiro Leonildo também
528 faz parte dessa gente que está dizendo, que quando protagoniza não precisa ter
529 atributo do voto para fazer a diferença e que ele, o Conselheiro Leonildo faz a
530 diferença, que a única questão de que ela, a Conselheira Caroline e o Conselheiro
531 Leonildo não estão na condição de Titular porque esse Conselho é pequeno demais
532 para a causa que ele representa e que a demanda por crescer o Conselho para que
533 ele de conta da demanda, faz a sugestão para atualização que está em processo
534 tanto da Lei quanto do Regimento Interno, trazer para a próxima reunião, que o
535 regramento vai ser construído a partir do entendimento, encerra agradecendo. A
536 Vice-Presidente Bruna apresenta dois pontos, um é aprovar o que foi encaminhado
537 pelo Conselheiro Alisson Moreira Poças, o outro ponto é aprovar o encaminhamento
538 sobre que a Comissão se debruce sobre o Regimento Interno sobre a Lei que criou
539 o Conselho. Informa que tiveram uma reunião ontem com a CODH para verificar
540 como está tramitar, dialogar para que seja tramitado e seja aprovado, que precisam
541 dialogar com os Deputados que são aliados com a causa para ver se aprovam, que
542 nunca tiveram oportunidade de pedir uma Audiência com o Governador e acha que
543 o maior pedido que esse Conselho tem é a alteração da Lei que cria esse Conselho
544 hoje pediu uma Audiência para tratar sobre a alteração da Lei, que isso é muito
545 importante, como quer pedir pelo Comitê LGBT que se torne Conselho, vai fazer
546 seu campo de diálogo, faz os encaminhamentos da Conselheira Wanderli os seus
547 para que possam dialogar dentro da CAPI e verificar as possibilidades trazer a
548 discussão para o Pleno, sugere passar por outras Comissões para analisar
549 possíveis documentos de minuta, como seria o processo se vai ser por drive, se as
550 Comissões indicam os nomes e o Coordenador da Comissão formaliza ao COPED



551 por via e-mail, verificar a possibilidade de publicação no Diário Oficial para compor a
 552 Comissão e ter esse registro. O Conselheiro Alisson Moreira Poças, fala que
 553 respondendo ao Conselheiro Leonildo afirma que em momento algum tolher a
 554 participação muito pelo contrário, querem ampliar a participação, que ele é um
 555 instrumento do Centro de Direitos Humanos de Londrina de participação do
 556 Conselho Estadual, foram vinte e oito votos para o Centro de Direitos Humanos de
 557 Londrina que foi eleito para esse Conselho e sempre primando pela participação
 558 democrática e cidadã, só formalizaram o encaminhamento porque foi o
 559 entendimento que tiveram lá na reunião que poderiam fazer as indicações. A Vice-
 560 Presidente pede desculpas, reafirma que os Conselheiros representam os
 561 Movimento se as Instituições. Declara que em Regime de Votação e aprovação os
 562 favoráveis permaneçam em silêncio, os contrários se manifestem. Sem
 563 manifestações. Aprovado. **9. Indicação de Representante do Interior em Entidade**
 564 **com Representação Estadual e que é Conselheira do COPED – Ofício UBM**
 565 **26/2025 (Conselheira Elza):** A Conselheira Elza informa que pela UBM receberam
 566 a resposta ao Ofício que enviaram em agosto do ano passado, naquela ocasião não
 567 se atentaram enquanto Entidade que tinha essa limitação referente a Lei do COPED
 568 coloca quatro Entidades Titulares do Interior e quatro Entidades Titulares da Capital,
 569 algumas Entidades que participam do COPED são Estaduais tem várias cidades,
 570 Coordenação, Núcleos, então não se atentaram para o impedimento da Lei e
 571 indicaram o nome da companheira Mazé de Foz do Iguaçu, todos conheceram
 572 candidata a Ouvidora, uma companheira muito preparada, é ativista de Direitos
 573 Humanos, veio uma resposta do próprio Secretário da Secretaria de Justiça falando
 574 do impedimento por conta do que fala a Lei do COPED, pensa que como
 575 encaminhamento diante disso tenham que discutir isso em outro momento junto com



576 a Lei do COPED. Cita que a UBM mantém o pedido que possam enquanto Entidade
577 ter o direito de indicar Conselheiros (as) que representem Entidades seja na Capital
578 seja no Interior, e essa representação o COPED não impede, só que ela não vai ser
579 custeada, a UBM não tem recurso o trabalho é o militante voluntário. Pede apoio aos
580 demais Conselheiros (as) que possam fazer esse debate nesse aspecto na questão
581 da Lei, diz que a Indicação da UBM foi de uma companheira negra, até para
582 trabalhar o aspecto de representação de pessoas negras, indígenas, nesse aspecto
583 LGBTs, enfim ela é negra e atua no movimento. A Vice-Presidente se manifesta
584 dizendo que no regime de discussão pede que todos se atentem a no mínimo dois
585 minutos de explanação para que possam deliberar sobre. A Conselheira Wanderli
586 fala que quer se juntar a UBM porque o CRESS também é uma Entidade de base
587 Estadual e vai cerceando a possibilidade de indicar os melhores quadros, o
588 Conselheiro precisa morar em Curitiba, ela queria trazer a Presidente do Conselho
589 que mora em Londrina mas não tem orçamento, então se soma a UBM, a Rede de
590 Mulheres Negras para poder acabar com essa contradição. A Vice-Presidente diz
591 se comprometer e espera que próxima pessoa que for conduzir esse Conselho
592 consiga também defender essa possível alteração, informa que solicitaram quinze
593 vagas, a SEJU diz que consegue doze mas querem bater treze vagas, que com o
594 atual Secretário nunca pediu uma agenda com ele e no dia que pedir não gostaria
595 de ir sozinha, fala que só para constar esse registro. Questiona a Conselheira se
596 arquivam ou encaminham para a Comissão CAPI para que possa ser trabalhado
597 qual é a alteração da Lei, qual é o encaminhamento que ficaria melhor,
598 arquivamento, porque já teve resposta ou encaminhar a Comissão. A Conselheira
599 Elza frisa que com certeza a segunda proposta, encaminhar a Comissão. O
600 Conselheiro Alisson Moreira Poças, fala se solidarizar com o pleito da UBM, que a



601 Conselheira que vai ser indicada também tem todo um histórico de defesa de
602 Direitos Humanos, acha que não precisariam esperar a mudança da Lei Estadual se
603 esse Conselho fizesse uma Resolução, caso o Estado não acate uma Resolução
604 desse Conselho podem judicializar, é uma causa justa, então sua proposição é que
605 este Conselho faça uma Resolução e provoque o Estado em caso de negativa faz a
606 litigância estratégica questionando o Estado do Paraná. A Vice-Presidente Bruna
607 questiona se pode fazer o encaminhamento e sugere uma reunião ampliada da
608 CAPI com todos os Conselheiros da Sociedade Civil para que possam pensar de
609 que forma podem atuar, chegar em consenso. Menciona que esse é um clamor do
610 COPED a alteração da Lei desse Conselho que tem trinta e um anos, a luta é para
611 alterar essa Lei. A Conselheira Wanderli concorda com o encaminhamento do
612 Conselheiro Alisson Moreira Poças e diz que mais do que jurídico essa questão é
613 política, a Lei diz Entidade do Interior ela tem sede no Interior, da Capital tem sede
614 na Capital, que não é necessariamente o endereço do Representante, que contar
615 com o apoio dos Advogados é importante porque eles vão dar a forma jurídica, a
616 questão política é de todo o Conselho e é esse Pleno que decide, que para ela o
617 melhor encaminhamento e o do Conselheiro Alisson Moreira Poças e da Conselheira
618 Elza que precisam se posicionar que rejeitam o parecer do Secretário e do seu
619 Representante e insistem que as Entidades Conselheiras tem autonomia para
620 indicar seus Representantes, cabe ao Estado custear o que já fazem de graça o dia
621 inteiro nas Comissões e quando ficam estudando os assuntos para trazer aqui. A
622 Conselheira Rosilene concorda que essa questão vem se arrastando mesmo,
623 também em relação ao numero de Conselheiros, a voz e voto das Entidades e isso
624 não avança não porque o Conselho não quer que avance, fala que na verdade lhe
625 parece um empecilho do Estado e se coloca para estar nessa reunião da CAPI. A



626 Conselheira Elza primeiro agradece as falas, considerações, é uma questão coletiva
627 mesmo, é jurídica mas essencialmente política, importante que essa Resolução ela
628 seja construída nessa Comissão porque é papel dessa Comissão e o que tiver que
629 fazer do avanço da Lei do Conselho. A Conselheira Aieda cumprimenta todos (as)
630 fala que a respeito da proposta da Reunião com o CAPI acha importante e vão
631 analisar em conjunto com a Conselheira Elza essa viabilidade de realmente
632 judicializar, se coloca a disposição, o Corpo Jurídico da Irmandade Sem Fronteiras
633 para também analisar isso e estar junto realmente precisam provocar o Estado. A
634 Conselheira Wanderli exemplifica que tem que estar claro uma posição do Conselho
635 e dizer que está limitando a autonomia das Entidades de indicar seus
636 Representantes por uma questão burocrática. O Conselheiro Walter retrata que
637 todas falas foram pertinentes, concorda com a fala da Conselheira Wanderli, que
638 para além da CAPI tem instrumentos para auxiliar sugere pedirem para a OAB, um
639 documento, orientação, uma Nota Técnica que com certeza farão voluntariamente
640 para o Conselho, podem tentar junto a UFPR essa Nota Técnica, relembra que eles
641 tem um Convênio com a UNIBRASIL e podem usá-lo pela primeira vez. O
642 Conselheiro Alisson acha que a Conselheira Elza poderia colocar no Grupo quais
643 foram os argumentos que a Secretaria apresentou e diante desses argumentos já
644 poderiam começar a rascunhar uma resposta desse Conselho ou pensar ações,
645 para ele esse Conselho é deliberativo pode expedir resoluções, notificações, está no
646 bojo desse Conselho. A Vice-Presidente Bruna expressa que em não havendo mais
647 discussões em Regime de Votação para Reunião Ampliada da CAPI favoráveis
648 permaneçam como estão e contrários se manifestem. Sem manifestações,
649 aprovado. **10. Ações do COPED para o 08 de Março- Dia Internacional de Luta**
650 **das Mulheres Trabalhadoras (Conselheira Elza):** A Conselheira Elza informa que



651 enviará o Manifesto que foi tirado Nacionalmente com relação a 08 de Março que
 652 será enviado ao Grupo do COPED, foi aprovado um Mote Nacional com a
 653 participação de quase cem Entidades já, nacionalmente foram mais de cinquenta,
 654 esse Manifesto está aberto para nova adesões das Organizações Brasileiras em
 655 todos os Estados das Federações foram realizadas três Reuniões Nacionais em
 656 Curitiba pela Frente Feminista Região Metropolitana e Litoral foram treze reuniões
 657 para organização do 08 de Março, informa que na Reunião que tiveram ontem desse
 658 movimento conseguiram quase em consenso aprovar tanto o Manifesto Nacional
 659 como aprovar o Mote. O Mote trata da questão central da luta contra a violência as
 660 mulheres, fala do Femicídio, quarta-feira teve a assinatura do pacto com três Entes
 661 da Federação coordenado pelo Presidente Lula que coloca a necessidade de
 662 intervenção para que diminua o número de feminicídio no País, fala inclusive da
 663 violência contra as mulheres Trans, Lésbicas, mulheres negras, Indígenas, destaca
 664 principalmente isso, acha que se o próprio COPED pudesse assinar o Manifesto
 665 seria importante. Questiona se fazem um evento uma atividade específica pelo
 666 COPED com essa data que é tão importante. A Conselheira Bruna Marcelly informa
 667 que em conversa com a Conselheira Elza que um dos pontos que o COPED poderia
 668 sugerir em parceria com o Conselho da Mulher Estadual ação dentro dos Presídios e
 669 Penitenciárias com mulheres privadas de liberdade para o Dia Internacional da
 670 Mulher, que o Grupo União Pela Vida tem visto a dificuldade que essas mulheres
 671 enfrentam privadas da sua liberdade, pela escassez de atendimento, garantia de
 672 direitos. O Conselheiro Alisson Moreira Poças informa que eles tem um Coletivo que
 673 fazem algumas ações em parceria, esse ano uma das ações prioritárias foi a
 674 violência contra as mulheres, vão fazer um Mural chamando Lugar de Mulher é
 675 Onde Ela Quiser, mural de grafite num espaço público lá de Londrina para



676 conscientização da violência contra a Mulher. Informa que em Londrina vai
677 acontecer uma marcha no dia oito de Março. A Vice-presidente fala que referente ao
678 Documento do Manifesto solicita que para o conhecimento de todos seja levado ao
679 Grupo Geral e que seja feita a leitura lá no Grupo para que tomem conhecimento do
680 Documento. Sobre a possível atividade de oito de Março informa que dia nove todos
681 os Conselheiros irão vir para o Curso de Formação, sugere pensar em uma
682 atividade a noite após a formação, questiona qual a sugestão de atividades,
683 precisam Oficializar a SEJU. A Conselheira Elza sugere organizar uma Comissão e
684 programar uma Oitiva do COPED, uma roda de conversa para ouvir as demandas,.
685 Sugere também que o COPED faça uma nota própria no Instagram e que as
686 companheiras façam vídeos curtos e sejam divulgados e programam uma ação mais
687 para frente porque agora não vai dar tempo. A Conselheira Thaís concorda com a
688 sugestão dos vídeos, cada um dentro das suas especificidades, talvez postergar a
689 Plenária por conta das questões das diárias, ou fazer uma Audiência Pública,
690 conversar com as Instituições Feministas com a DP, o MP no final do mês, seriam
691 essas suas sugestões. A Conselheira Josiane informa que a Ação do Conselho da
692 Comunidade em relação ao dia da Mulher vai estar fazendo Palestra dentro do
693 Sistema Prisional em duas Unidades em Piraquara e todo ano fazem algumas Ações
694 também pelo Conselho da Comunidade em relação a Semana da Paz em Casa.
695 Sugere para o Dia da Mulher fazerem story ou no feed falando de cada mulher,
696 Membro do COPED diz achar interessante dar visibilidade da mulher do próprio
697 COPED dentro das Redes Sociais, ou como a Vice-Presidente Bruna sugeriu um
698 story de cada mulher até chegar o dia oito de Março. O Conselheiro Walter
699 parabeniza a Conselheira Elza por conduzir muito bem essa Pauta, sugere enviarem
700 um Ofício a Cinemateca e exhibe um filme escolhido pela Conselheira Elza que tem



701 um conhecimento tão vasto e a cultura sempre esteve alicerçada com as Ações
702 Sociais, porque não passar um filme sobre a potência da Mulher nos Direitos
703 Humanos e como isso tem que ser respeitado, depois abrem para discussão, enche
704 aquela sala e faz um Evento de alusão, solicita a opinião dos Conselheiros (as). A
705 Conselheira Elza em tom de concordância fala que achou excelente a proposta e
706 complementa que acopla as outras e os vídeos. A Conselheira Carol saúda todos
707 (as) acha que podem trazer duas Ações, podem levar essa ideia se for possível
708 também para dentro das Instituições Penitenciárias de Mulheres e na sugestão da
709 Cinemateca poderiam levar mulheres de todos os segmentos para um debate, sem
710 ser necessariamente um filme. A Vice-Presidente Bruna destaca que mais uma vez
711 sugere que se planejem, ações sem planejamento não são efetivas e eficazes cada
712 Conselheiro (a) aqui vai divergir um ponto defender um ponto, e sempre que um
713 companheiro trazer um possível encaminhamento não vai contemplar o
714 encaminhamento solicitado. Sugere que foquem em coisas que possam ser
715 realizadas. Informa que o primeiro ponto aprovação do Manifesto solicitado pela
716 Conselheira Elza como não todo mundo teve acesso que seja aprovado dentro do
717 Grupo do Whatsapp, todos os Conselheiros consigam fazer a leitura. Fazer a
718 Reunião Ampliada com os Movimentos Sociais online, fazer a publicação no
719 Instagram com as personas que tem nesse Conselho que é muito representativo,
720 montar um script que a Conselheira Elza e Conselheira Wanderli podem fazer muito
721 bem, cada mulher fala uma parte desse texto, edita e coloca nas Redes Sociais, não
722 pode ser muito longo para ter visibilidade e que nossas Instituições compartilhem
723 esse vídeo, questiona se podem planejar, porque Ações com as mulheres privadas
724 de liberdade de forma conjunta ela precisa ser articulada e orçamentada sente que
725 precisam se articular muito mais. Reforça que eles já tem o Calendário de Atividades



726 referente aos Direitos Humanos, sugere se reunirem e fazer proposições, finalizando
727 os primeiros seis meses pensar nos demais, que precisam discutir intolerância
728 religiosa, racismo, feminicídio, entre outras. Sugere nesse primeiro momento a se
729 dedicarem a três Pontos fundamentais: Aprovar o Manifesto, Reunião Ampliada dos
730 Movimentos Sociais de Mulheres e a publicação no Instagram. Nas Ações voltadas
731 as mulheres privadas de liberdade tem que conversar com a SEMIPI, DEPEM,
732 Saúde e com a Educação e o principal fazer um levantamento com a DP, OAB e
733 MP, de quantas mulheres estão apenadas no Estado do Paraná, quantas estão em
734 Regime semi aberto, com processo atrasado, como estão os filhos dessas mulheres,
735 as visitas, o sistema de kits, o sistema de recursos pelo Tribunal de Justiça para que
736 os Conselhos de Comunidade atuar, entre outros, reafirma que precisam se
737 organizar. Sugere começarem trabalhar nesses três primeiros pontos. A Conselheira
738 Elza destaca que foram muitas questões levantadas e sugeridas, precisam objetivar,
739 frisa que ficaria com duas propostas imediatas, os vídeos cada uma fala um tema
740 utilizando o Manifesto como orientação se assim as Entidades a apoiarem. O
741 segundo ponto é a assinatura do Manifesto e o video, acha que ficaria esses dois de
742 imediato. O terceiro aspecto fazer um encontro com as Organizações, com as
743 mulheres, faria uma Comissão para pensar na questão de atividades para fora do
744 COPED e levantamento das condições de mulheres privadas de liberdade. Reforça
745 a aprovação da indicação do Conselheiro Walter sobre um Documentário, um filme.
746 O Conselheiro Walter relata um fato que aconteceu no ano passado, não vai citar
747 nomes mas que é bom ter isso na memória, no ano passado durante a reunião que
748 se criou para pensar atividades a novembro, enquanto se nomeavam os Membros
749 para essa Comissão alguém falou quem quer participar dessa Comissão, e veio a
750 fala, quem é o negro que quer participar dessa Comissão e fazer isso e seguiu-se



751 risadas, quando ouviu isso ele não participou dessa reunião, achou essa fala
752 absurda, porque aqui é COPED estando no COPED é todo mundo por todas as
753 Pautas deixou estar, não se manifestou porque a certeza que tinha se confirmou a
754 Comissão que foi formada nada fez e o novembro preto passou em branco, fala
755 querer deixar essa reflexão para as pessoas, em março do ano passado tiveram mil
756 planos e nada se fez, exceto a propositura da colega Carolina mudar uma Lei feita
757 pelo Estado. Que essa Comissão uma semana antes de uma semana antes do
758 Evento já manifeste condições de viabilidade ou devolva ao Conselho para que
759 aqueles que não estão pensarem em possíveis atividades a curto prazo para
760 executar, colocar o Conselho como bom protagonista que merece. A Vice-
761 Presidente Bruna pondera que fazendo uma análise teve muitas coisas propostas
762 mas que não conseguiram entregar, que nesse segundo momento façam coisas que
763 consigam entregar porque eles tem outros trabalhos que não são só o COPED.
764 Solicita a Conselheira Elza como expertise reduzir essa minuta e demarcar o que
765 cada Conselheira irá falar no video, se organizarem para ter tempo de editar, se
766 coloca a disposição, que a Conselheira Carol e a Aline também se dispuseram em
767 ajudar. Proposta aceita pela conselheira Elza. A Vice-Presidenta exprime que em
768 Regime de Votação, os favoráveis permaneçam como estão os contrários se
769 manifestem. Aprovado. Reunião finalizada pelo período da manhã. **11.**
770 **Encerramento:** Por fim, a Vice-Presidente Bruna agradeceu a presença de todos e
771 todas e deu por encerrada a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos
772 Humanos do Paraná na parte da manhã. A presente ata foi lavrada por Eucaris
773 Ferreira da Rocha.